

ATA DA REUNIÃO 293, EXTRAORDINÁRIA, DO CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, EM 22 DE DEZEMBRO DE 2015.

Aos vinte e dois dias do mês de dezembro do ano de dois mil e quinze, às 9h e 15min reuniu-se, extraordinariamente, o Conselho Municipal de Assistência Social, na sede da Casa dos Conselhos Augusto Angelo Zanatta, na Av. Koeller, 260 – Centro - Petrópolis, tendo como pontos de pauta: 1)Apresentação da equipe intersetorial do Programa Bolsa-Família; 2)Desbloqueio de recursos da Proteção Social Básica junto à SEAS/DH e ao MDS; 3)Alteração do Plano de Trabalho de instituições conveniadas à SETRAC. Compareceram 10 (dez) conselheiros representantes da Secretaria de Trabalho, Assistência Social e Cidadania; Secretaria de Habitação; Secretaria de Saúde; Secretaria de Educação; e Secretaria de Fazenda, pelo poder público; representantes da Associação da Casa da Cidadania; COMAC; Comunidade Jesus Menino; Instituto Emanuel; e Conselho Regional de Psicologia, pela sociedade civil. A representante do Gabinete Sra. Marilene justificou a sua ausência com atestado médico. Com a presença de 20 (vinte) pessoas iniciou-se a reunião com a presidente do CMAS, passando para o primeiro ponto de pauta: APRESENTAÇÃO DA EQUIPE INTERSETORIAL DO PROGRAMA BOLSA-FAMÍLIA. A presidente passa a palavra para a Sra. Fernanda Ferreira, Secretária de Trabalho, Assistência Social e Cidadania, que relata sobre a importância da Comissão Intersetorial do PBF, informa que o Município pela Portaria de nº 1358, de 09/07/2014, designa a Secretaria, de Trabalho, Assistência Social e Cidadania como órgão responsável pelas ações de gestão e execução do PBF, bem como a referida portaria institui a Comissão Intersetorial do Programa, a qual é formada pelas Secretarias: Secretaria de Trabalho, Assistência Social e Cidadania, Secretaria de Saúde e Secretaria de Educação, composta pelos seguintes membros: Denise Militão da Silva (indicada pela portaria 2133 de 18/08/2015), Carla de Souza Coelho e Célia Maria de Brito, respectivamente, informa ainda que a comissão intersetorial embora já esteja em funcionamento faz-se necessária a sua homologação pelo Conselho Municipal de Assistência Social para que seja regulamentada. Em seguida a Presidente coloca em votação, indagando a plenária se aprova a regulamentação, indicando e dando direitos à comissão intersetorial apresentada, o que é aprovado por unanimidade. Dando sequência, a plenária ressalta a necessidade de ser criada também uma comissão específica permanente do CMAS para acompanhamento do Programa Bolsa-Família, esclarecendo-se, que está prevista a criação desta comissão, simultaneamente com a alteração da lei de criação do CMAS que se encontra em elaboração no gabinete do Prefeito, que será também formalizada com a alteração do Regimento Interno do Conselho. Dando continuidade à Reunião, a presidente coloca em discussão o assunto de pauta de ALTERAÇÃO DO PLANO DE TRABALHO De INSTITUIÇÕES CONVENIADAS À SETRAC. A Secretária, Sra. Fernanda informa que três instituições encaminharam proposta de adequação em seu plano de trabalho, sendo estas: Instituto Emanuel, Casa da Criança Antônio de Pádua e S.O.S Vida. A Sra. Secretária esclarece que as solicitações encaminhadas pelas entidades diz respeito somente a adequação das despesas e que os convênios firmados continuam respectivamente com o mesmo valor, porém para que as despesas sejam alteradas faz-se necessária aprovação do CMAS e a aprovação da plenária. As propostas de alteração foram apresentadas individualmente por cada representante das entidades. Votadas também individualmente, tendo todas sido aprovadas por unanimidade, com ressalva de embora terem sido aprovadas pelo CMAS, as

mesmas deverão ser encaminhadas para análise e parecer do setor jurídico. Verifica-se pela plenária a necessidade de esclarecimentos sobre a aplicação das despesas pelas entidades relacionadas ao convênio sobre seu uso e aplicabilidade quando das prestações de contas. O Conselheiro Carlos Jorge esclarece que foi solicitado que se fizesse uma reunião com todas as instituições, junto com a Secretaria de Controle Interno e a SETRAC para esclarecimentos sobre o final do exercício, quando o saldo da conta bancária referente aos convênios deverá ser zerado e o pagamento das despesas do exercício efetuados até 31 de dezembro. Ficando agendada a data de 28 de dezembro de 2015, às 9h, no auditório da SETRAC, ficando a cargo do CMAS comunicar a Secretaria de Controle interno.

A presidente passa para o ponto de pauta sobre o DESBLOQUEIO DE RECURSOS DA PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA JUNTO À SEAS/DH E AO MDS: Em relação ao desbloqueio de recursos, a Secretária esclarece que são recursos bloqueados pelo Governo Federal que se referem a quatro CRAS co-financiados pelo ente federal, os quais não estavam com a equipe mínima em suas atividades, e que o desbloqueio se dá quando se é apresentada a equipe mínima, a Secretária relata ainda que foi encaminhado em 14 de dezembro, ofício da SETRAC ao Estado, relatando a regularização com a adequação da equipe, entretanto, embora a formalização do ofício, o Estado exige a ratificação da informação pelo CMAS, como órgão de controle social. Ressalta que esse prazo é impreterivelmente até o dia 28 desse mês. A secretária relata a necessidade de empenho da Comissão de Direito de Fiscalização na elaboração do relatório da visita a esses equipamentos. A presidente faz o registro pela categoria de trabalhadores, ressaltando com “tristeza” a forma que os profissionais estão atuando não tendo todos os seus direitos trabalhistas efetivados. Reconhece todas as dificuldades para contratações, citando inclusive a Lei de Responsabilidade Fiscal, mas ressalta a necessidade de se ter um vínculo estável para os profissionais, em continuidade dos trabalhos independente de Órgãos Governamentais “Saúde, Educação, Assistência Social e outros. Em seguida a presidente passa para a votação de encaminhamento do desbloqueio de recursos, junto ao Governo Federal, face a implementação de regularidades dos CRAS Retiro, Quitandinha, Madame Machado e Posse, estarem compostos pela equipe mínima de funcionários em conformidade com diretrizes da NOB-RH, que foi aprovado pelos conselheiros por unanimidade, representantes da Secretaria de Trabalho, Assistência Social e Cidadania; Secretaria de Saúde; Secretaria de Educação; e Secretaria de Fazenda, pelo poder público; representantes da Associação da Casa da Cidadania; COMAC; Comunidade Jesus Menino; Instituto Emanuel; e Conselho Regional de Psicologia, pela sociedade civil. Sem mais assuntos de pauta, a reunião foi encerrada às dez horas e trinta minutos. Eu, Carlos Jorge, 2º secretário, lavrei a presente ata e assino juntamente com a Presidente do CMAS Sra. Carla Mendoza Teixeira.